

Juiz condenado por venda de sentença em MT chama advogada de incompetente em audiência e é xingado de corrupto

Luciana Koslowski Nazzari disse ter sido agredida verbalmente por juiz (Foto: Facebook/ Reprodução)

Confusão ocorreu nesta terça-feira (23) durante audiência na Justiça do Trabalho de Sinop. Filho do magistrado é réu em um processo em que Luciana Nazzari advoga para a outra parte.

O juiz afastado Paulo Martini chamou a advogada Luciana Koslowski Nazzari de incompetente durante uma audiência na Justiça do Trabalho de Sinop, a 503 km de Cuiabá, nesta terça-feira (23). Em seguida, como consta da ata da audiência, a advogada o xingou de corrupto.

Luciana registrou um boletim de ocorrência contra o magistrado, na Polícia Civil.

Ao G1, o magistrado admitiu ter chamado Luciana de incompetente. “Ela está brava porque perdeu uma ação contra mim e depois entrou contra o meu filho. Falei: ‘a senhora é incompetente, já perdeu a primeira ação e vai perder a segunda, daí ela deu ‘chilique’ e me chamou de corrupto’”, afirmou.

Luciana disse ter solicitado a saída dele da sala de audiência, pois o processo não é contra ele e porque o magistrado já tinha causado confusão outras vezes.

A audiência em que houve confusão era referente a um processo trabalhista no qual o filho de Martini é réu e que tem Luciana como advogada da outra parte.



Juiz Paulo Martini foi condenado em 2016 pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT); ele disse que está recorrendo da decisão no STF e no STJ (Foto: Reprodução TVCA)

Luciana afirmou que essa é a terceira vez que o juiz a enfrentou. Anteriormente, segundo ela, a reclamação trabalhista era contra ele, mas o magistrado alegou que a culpa era do filho dele e então ela entrou com uma ação contra o filho.

“Hoje, ele foi à audiência com o filho dele, sendo que ele não tem nada a ver com o caso, pedi que se retirasse, mas ele se recusou e ainda se intrometeu no caso, dizendo que eu iria perder a ação e me chamou de incompetente. Não podia aceitar isso e o chamei de corrupto, algo que ele é, pois foi afastado por corrupção”, declarou a advogada.

A briga consta na ata da audiência, lavrada pelo juiz Pedro Lima Nascimento, da 1ª Vara do Trabalho de Sinop.

“O senhor Paulo Martini presente na sessão de audiência entrevistou em discussão entre a advogada do autor e o réu aqui presente chamando-a de ‘incompetente’ ao que acusado pela referida advogada de ‘corrupto’”, diz trecho da ata.

Na saída, em frente ao prédio da Justiça do Trabalho, houve confusão.

“Em frente à Justiça do Trabalho, ele começou a me chamar de incompetente, me chamou de vagabunda por mais de 10 vezes, chamei ele de corrupto e ele disse que me daria um tiro. Ele está me ameaçando desde a primeira audiência, dizendo que sabia onde eu morava”, disse a advogada.

Segundo ela, os seguranças do local presenciaram a cena. A polícia chegou a ser acionada, mas não houve detenção.

Paulo Martini nega ter xingado a advogada de vagabunda do lado de fora do prédio.

Sobre o processo trabalhista, Luciana explicou que o cliente dela trabalhou na fazenda da família do magistrado e sofreu um acidente de trabalho.

Ele não tinha registro na carteira de trabalho e, depois que sofreu o acidente em um cavalo, não consegue mais fazer esforço com o braço.

“Não consegue receber benefício do INSS porque a contribuição não era recolhida pelo empregador e teve que parar de trabalhar”, disse.

Uma audiência entre as partes foi marcada o dia 17 de setembro deste ano, às 14h30.

Sobre a condenação do TJMT, que o afastou do cargo, o magistrado disse já ter protocolado seis recursos no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Conforme a acusação do Ministério Público Estadual (MPE), que embasou a decisão, Martini cobrou R\$ 7 mil e um trator, cujo valor estimado era de R\$ 30 mil, para proferir decisões em caráter liminar a um advogado em ações de busca e apreensão.

O magistrado chegou a ser alvo de protestos, com um agricultor fazendo greve de fome acampando em frente à sede do TJMT, em Cuiabá.

Ele nega ter cometido qualquer crime e alega ter sido vítima de perseguição.

Por Pollyana Araújo, G1 MT

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93

981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-
mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br